

**Reunião ordinária pública****Data: 2021-05-10****Início: 14.30 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho****Termo: 18.00 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	José Manuel Mendes Delgado
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Célia Maria Nunes Azevedo Bonet
	Luís Manuel Monteiro Ramos
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

A Sra. Vereadora Filipa Alexandra Ferreira Fernandes não participou na reunião por motivos de saúde. -----

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----**BALANCETE -----****PROPOSTAS:-----****PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----**

N.º 01 – PROTOCOLO COM A E-PLUG, LIMITADA, PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE CARREGADORES ELÉTRICOS EM ESPAÇO PÚBLICO (6/PPSR/DAJA/2021 - 9/ORGFUN/PR/2013) -----

N.º 02 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, IP, PARA CONCRETIZAÇÃO DE AÇÕES DE REABILITAÇÃO DA REDE HIDROGRÁFICA (2112/ENTE/DAJA/2021 - 9/ORGFUN/PR/2013)-----

N.º 03 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE CARREGUEIROS PARA O ANO DE 2021 (2047/ENTE/DAJA/2021 - 17/JUNFRE/PR/2014)-----

INFORMAÇÕES: -----**INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----**



q.
M

- N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 (26/PPRC/PR/2021)-----**
GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR TOMARINVESTE: -----
- N.º 05 – SINALÉTICA PARA O PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR (1/PPSR/GAIT/2021) - GABINETE DE PROJETO E ACOMPANHAMENTO TOMARHABITA:-----**
- N.º 06 – PROJETO DO PARQUE INFANTIL E ARRANJOS EXTERIORES DO CASAL DOS FRADES – estudo prévio (4175/ENTE/DAJA/2020 - 1/ESPUEX/EPTH/2021)-----**
DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----
- N.º 07 – PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – apoio ao Sporting Clube de Tomar (1258/ENTE/DAJA/2021 - 14/DIVER/DOM/2014)-----**
DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----
- N.º 08 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Grupo Desportivo da Nabância (1974/ENTE/DAJA/2021 - 1/APOIOS/DADJ/2019)-----**
- N.º 09 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Grupo Desportivo da Nabância (2061/ENTE/DAJA/2021 - 1/APOIOS/DADJ/2019)-----**
- N.º 10 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Associação de Natação do Distrito de Santarém (2068/ENTE/DAJA/2021 - 1/APOIOS/DADJ/2019)-----**
DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----
- N.º 11 – CANCELAMENTO DA FEIRA DE SANTA IRIA 2021 (15/PGEN/GELS/2021 - 3/DIVER/GELS/2021)-----**
- N.º 12 – DOAÇÃO DE CARTEIRAS E CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS – COLEÇÃO VISITÁVEL (40/PGEN/DTC/2021 - 1/PROP/DTC/2018)-----**
DIVISÃO FINANCEIRA: -----
- N.º 13 – TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE DOS TERRENOS ONDE SE ENCONTRA IMPLANTADA A UNIDADE DE TOMAR DO CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO (2/OPPI/DF/2017 - 17/ENTEXT/PR/2013)-----**
- N.º 14 – HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DO DIRETO DE USO PRIVATIVO E EXPLORAÇÃO DO QUIOSQUE SITUADO NA VÁRZEA GRANDE (130/PGEN/DF/2021)-----**
EXPEDIENTE:-----
- N.º 15 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RSTJ - GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, E.I.M., S.A. REFERENTE AO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021 (2138/ENTE/DAJA/2021 - 1/ENTEXT/PR/2020)-----**



Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao período de atendimento do público. -----

Esteve presente o Sr. Manuel Coentro para referir que, conforme consta de abaixo-assinado enviado pela Junta de Freguesia de Paialvo, no dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte, na estrada que liga Santa Cita a Curvaceiras, existem árvores a necessitar de poda urgente para libertação das faixas de rodagem e segurança dos automobilistas; recentemente, caiu um ramo de azinheira, que ainda chegou a tocar num motociclista, e é uma situação que a todos preocupa. Aproveitou para, mais uma vez, colocar a questão do apeadeiro ferroviário sito em Capela-Marmeleiro que ainda se designa apeadeiro das Curvaceiras e induz em erro os utilizadores da ferrovia, particularmente os que pretendem ir para Curvaceiras, como já aconteceu com turistas que pretendiam ir para a Casa da Avó Genoveva e tiveram que fazer um longo percurso para lá chegar, e com bagagem; devia tentar-se que o apeadeiro do Carrascal englobe também Delongo e Curvaceiras, o que pensa não ser difícil e não envolver grandes investimentos, resultando benefícios evidentes para os utilizadores, particularmente os visitantes. -----

A Sra. Presidente referiu que só este ano os proprietários dos terrenos foram notificados para proceder à limpeza das árvores até ao próximo dia trinta e um de maio; teve oportunidade de verificar no local que as árvores ainda não foram objeto de qualquer ação e, se assim se mantiver depois de expirado o prazo, irão articular a ação necessária com a Junta de Freguesia, que detém a competência, por delegação, nomeadamente em termos de meios, porque há árvores de grande porte e talvez seja necessário recorrer à autoescada, sendo certo que os custos serão contabilizados e enviados ao proprietário. Referiu que percebe a situação exposta em relação ao apeadeiro do Ramal de Tomar e que a Câmara pode officiar à Infraestruturas de Portugal/REFER referindo a importância da alteração sugerida. -----

O Sr. Manuel Coentro referiu que qualquer cidadão deve diligenciar junto das diferentes entidades para encontrar as melhores soluções para a comunidade, e é isso que o move, nestas e noutras situações em que se tem empenhado, e não qualquer hostilidade a quem quer que seja. -----

Esteve presente o Sr. Vítor Manuel Santos para referir que, depois dos seus alertas sobre a falta de marcação de sinalização horizontal em estradas municipais, tudo está na mesma, coimo se pode constatar na estrada por trás do Convento, entre a Cadeira d'El Rei e a estrada de Leiria, na estrada de Juncais, que também tem o asfalto em mau estado, na avenida Maria de Lourdes de Mello e Castro, na estrada do Barreiro, na rua Lopo Dias de Sousa, na estrada



do Caniçal, e na estrada que liga a Pedreira ao Casal da Azinheira, entre outras; na generalidade, são estradas com largura suficiente para fazer também as marcações laterais, que são importantes para o condutor, especialmente em situações de visibilidade reduzida; não têm todas o mesmo grau de urgência, mas, nas proximidades de escolas, é urgentíssimo que existam. Referiu que se mantém a situação na zona desportiva, uma zona essencialmente pedonal onde é suposto o trânsito ser mínimo e se poder estar à vontade e em segurança, e é preciso prevenir uma eventual ocorrência; todos sabem o que se passa ali e não é um problema de polícia; continua por colocar o pilarete junto ao parque de estacionamento das autocaravanas, como aqui foi adiantado pela Sra. Presidente, apesar de não ser difícil nem oneroso. Sugeriu que se estude a construção de uma rotunda no cruzamento do Pato Bravo, porque minimizava algum risco para os automobilistas, em particular os que vêm da estrada por trás do Convento. Sugeriu a deslocalização do depósito de óleos alimentares usados instalado junto ao Restauração; o espaço está sujo e cheio de óleo porque não oferece as melhores condições para quem vai despejar e, por muito cuidado que possa haver, acaba por escorrer para fora; podia reservar-se um espaço para o efeito no exterior do Mercado Municipal, que oferece melhores condições de estacionamento e de execução da ação, para além de melhores condições para a viatura de recolha e de limpeza. Referiu que o parque de estacionamento para autocaravanas tem sido muito bem aceite na comunidade autocaravanista e talvez fosse de repensar a cobrança, pela Câmara ou por uma entidade desportiva, para minimizar os gastos, até para manutenção da área, a única crítica relevante que tem merecido. Por último, referiu que a Várzea Grande está linda, mas é preciso proceder ao corte das ervas à volta do Tribunal. -----

Em resposta, a **Sra. Presidente** referiu que, o ano passado, foi desenvolvido um procedimento de contratação para a sinalização horizontal na área do concelho, que, entre outras vias, contemplou a Ponte Nova, até à rotunda dos Bombeiros; este ano vão ser consideradas outras vias, cuja listagem poderá fornecer, onde se inclui a avenida Maria de Lourdes de Mello e Castro, que levou antiderrapante, e a estrada entre Curvaceiras e Santa Cita; a estrada do Caniçal não vai ser pintada porque precisa de pavimento novo. Disse que pode ser estudada a deslocalização do referido depósito de óleos alimentares usados, bem como de outros que possam apresentar os mesmos problemas. No que se refere à rotunda junto ao Pato Bravo, referiu que é uma matéria da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, o que não impede que, em caso de necessidade, a Câmara o possa vir a fazer, mas, neste momento, está previsto reabilitar o troço entre a entrada da Mata dos Sete Montes e o



restaurante Chico Elias, incluindo a construção de passeios. Salientou que o objetivo da reabilitação que se operou na zona desportiva seria ter um espaço de lazer onde as crianças e os atletas de todas as idades pudessem andar à vontade e se as pessoas respeitassem a sinalização não seria necessário colocar pilaretes, mas é um problema que não acontece só em Tomar. Referiu que enquanto não se proceder à revisão do plano de pormenor do Açude de Pedra não pode ser criado um verdadeiro parque para autocaravanas e que não serão cobradas quaisquer taxas pela utilização do espaço enquanto não puderem dar mais condições a quem os visita; há trabalho feito junto da Federação Portuguesa de Autocaravanismo, mas, para já, o que existe é um parque de estacionamento. -----

Em complemento, **o Sr. Vereador Hugo Cristóvão** referiu que a Câmara pode decidir fazer um plano de pormenor, mas, quando pretende alterar as regras que definiu a decisão depende de outras entidades; o plano de pormenor do Parque Desportivo ao Açude de Pedra foi aprovado há cerca de uma década e meia e abrange a zona compreendida entre a Piscina Municipal Vasco Jacob e o antigo parque de campismo até ao Açude de Pedra; a matéria mais complexa que envolve tem a ver com a Reserva Ecológica Nacional e com as zonas ameaçadas pelas cheias, que abrange grande parte da área do plano, nomeadamente a zona do antigo parque de campismo, para onde não foi previsto qualquer equipamento e dificilmente alguma vez poderá voltar a acontecer; há a intenção de mexer no plano de pormenor, estão conscientes que será um processo que demora muito tempo e será porventura muito pouco o que conseguirão alterar. Deu nota que, para além disto, grande parte da área que o plano abrange pertence a um só proprietário privado com quem tem havido conversações, porque tem interesse em desenvolver investimento nos antigos terrenos da Fábrica de Fiação, mas para que isso possa acontecer é necessário alterar o plano de pormenor e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e a Agência Portuguesa do Ambiente têm que autorizar, e é muito diminuta a probabilidade de serem autorizadas alterações na Reserva Ecológica. Salientou que, quando a Câmara foi forçada a não poder manter o parque de campismo, destinou o espaço a um local de estacionamento reservado a autocaravanas, porque era o que podia fazer no âmbito das suas competências, e é bom que não se criem expectativas em relação ao que lá possa vir a existir. Sobre o pilarete à entrada para a zona pedonal e desportiva, a oeste do Estádio Municipal, referiu que, aparentemente, seria a solução mais fácil, mas teriam que distribuir a chave por muitas pessoas o que, em termos práticos, acabava por levar à mesma situação; o Estádio é utilizado essencialmente pelo União Futebol Comércio e Indústria de Tomar e pela Escola de Futebol de Tomar, há jogos



oficiais muitos dias da semana, e regras a observar em termos de proximidade de estacionamento para árbitros e de facilidade de acesso de ambulâncias, e a colocação do pilarete pode vir a acarretar questões legais e de segurança mais complexas do que aquelas que vão acontecendo atualmente; a sinalização existe e é preciso que se cumpra. -----

O Sr. Victor Santos referiu que a situação se resolvia estabelecendo a hierarquia em relação ao uso/empréstimo das chaves do pilarete. No que se refere ao parque de estacionamento para autocaravanas, disse que compreende a situação exposta e que o parque está bom como está e não precisa de muito mais; seria bom poder cobrar, mas se isso não é possível terá que ficar como está. -----

Esteve presente a Sra. Susana de Jesus Miguel Alves que deu nota dos problemas com que se depara na emissão do cartão de cidadão da sua filha devido a questões de toponímia e que, tendo solicitado à Câmara Municipal o envio de informação oficial aos CTT, foi emitida uma certidão, que teve que pagar, mas o problema continua por resolver; depois de várias insistências, foi notificada que teria que pagar mais vinte cinco euros para atribuição de um número de polícia, que, se calhar, não será solução porque os CTT continuam a insistir que a informação tem que ser dada diretamente pela Câmara. -----

Em resposta, **o Sr. Vereador Hugo Cristóvão** referiu que, no dia a dia, as questões da toponímia causam muitos problemas aos cidadãos; como tem explicado, a grande maioria dos topónimos que foram sendo atribuídos, nuns casos pelos Presidentes de Junta, noutros pelos próprios cidadãos, não estavam legais porque a Câmara Municipal não foi regularizando essas diversas situações, como lhe competia; no final do mandato anterior, começaram a promover o levantamento das situações na área de cada freguesia, em articulação com as Juntas de Freguesia, para resolverem e regularizarem junto das entidades próprias – os CTT em termos de atribuição do código postal e o Instituto de Registos e Notariado, sendo certo que quando é preciso optar por uma designação há sempre alguém que fica prejudicado e tem que alterar os seus documentos; tenta-se o mais possível encontrar uma solução para a maioria dos residentes de uma rua, mas raramente se consegue que seja para todos; ao mesmo tempo, foram resolvendo situações que foram surgindo por necessidade dos cidadãos cuja zona de residência ainda não tivesse sido resolvida; neste caso particular, a designação maioritariamente utilizada era estrada do Agroal, que é também a indicação dada pela Junta de Freguesia da Sabacheira, mas havia mais uma ou duas designações em uso, uma das quais a utilizada pela munícipe; foi designada a rua e, no dia três, foi expedido ofício a informar do número de polícia que tem uma taxa associada; sabe que a senhora terá alegado que não teria



que pagar por algo que não pediu, mas efetivamente pediu um certidão por cuja emissão é devida uma taxa. Referiu que a indicação dos topónimos aos CTT e ao IRN é acompanhada do respetivo despacho de aprovação, do cadastro e da georreferenciação das ruas, e julga que, nesta situação, esteja tudo confirmado. -----

A Sra. Susana Alves disse que veio pedir que o problema fosse resolvido para poder tratar do cartão de cidadão e lhe foi emitida uma certidão onde consta uma determinada morada, mas, agora, dizem-lhe que é outra e gostava de ser esclarecida; não pediu a certidão, não tem culpa se estiver incorreta e não deve ter que pagar por outro documento. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que não está a perceber a questão de a certidão ter sido mal passada.-----

A Sra. Presidente sugeriu que a munícipe possa reunir com o Sr. Vereador ou com os serviços para apurar a situação e resolver o problema porque é o que todos pretendem garantindo que, a verificar-se que o documento tenha sido emitido com erros, a sua substituição não terá quaisquer custos. -----

A Sra. Susana Alves disse que anda a tentar resolver a situação desde dezembro e a sua filha continua sem cartão de cidadão. -----

A Sra. Presidente sublinhou que uma rua só pode ter um topónimo e que, quando as situações se tornam conhecidas, é preciso atuar para as resolver em definitivo, renovando a sugestão da reunião, porque só analisando o processo se pode avaliar e resolver o que tiver que ser resolvido.-----

A Sra. Susana Alves aceitou a sugestão e foi solicitada a promover o agendamento de reunião no secretariado do Sr. Vereador Hugo Cristóvão.-----

Esteve presente o Sr. Fernando Caldas Vieira que pretende obter esclarecimentos para algumas dúvidas. Referiu que foi retomado o tema de Tomar cidade inteligente, cidade do século vinte e um, que estará relacionado com o aproveitamento da rede de iluminação pública para se criar uma autoestrada de informação baseada numa rede LoRa; foram substituídas por LED catorze mil lâmpadas e pagou-se a mais cerca de oito milhões e novecentos mil euros, acrescido de IVA, para, no futuro, se poderem colocar os tais carros na autoestrada: o controlo da iluminação pública, a qualidade do ar, as cheias, a poluição do rio, a rega, a partilha de bicicletas, os transportes urbanos, a recolha de resíduos sólidos e o estacionamento. Perguntou qual é a situação concreta à data de hoje, particularmente se decorrem desta rede os sensores de estacionamento que foram instalados numa série de locais, cuja empreitada ascende a mais de duzentos e quarenta mil euros; acaba por reconhecer-se que, em termos



ambientais, a poluição mais estúpida que pode haver é aquela que é causada por carros a circular para encontrar um sítio para estacionar, e será útil tudo o que puder ajudar a encontrar lugares de estacionamento, que são mais parques depois das obras na Várzea Grande e na rua Coronel Garcês Teixeira; há probabilidade de a APP ir anunciar os lugares de estacionamento pagos - se fosse turista, e viesse a Tomar, a primeira coisa que faria seria procurar um local para estacionar sem pagar para poder passar o dia, fazer check in e check out e andar sem a preocupação de pagar a conta de tantas horas parado - e também os lugares disponíveis para carregamento elétrico, que deviam também ser considerados no parque criado junto à estação ferroviária, que está a ser o grande local alternativo de estacionamento. Gostaria de perceber a questão da APP e dos sensores nos contentores para a gestão de biorresíduos, ainda para mais associada a resíduos de construção e demolição e a resíduos verdes; nos casos que conhece, existem recipientes diferentes para depositar os restos de comida, que depois são utilizados para compostagem ou para produção de biogás. Referiu que a videovigilância estava prevista no programa eleitoral do partido que venceu as eleições anteriores, mas julga que o sistema ainda não esteja em funcionamento, até porque a obtenção de autorização é um processo muito complicado, e gostaria de perceber a presença de câmaras de videovigilância na Várzea Grande até porque, havendo recolha de imagem, lhe parece que não será muito compatível com a rede Lora.-----

A Sra. Presidente agradeceu as questões para que possa esclarecer. Referiu que ao projeto de iluminação pública, que a Câmara vai pagar com as poupanças geradas pela utilização de LED, foi associada a rede LoRa, a tal autoestrada para colocar diversos carros, cinco dos quais integravam o projeto: - monitorização da qualidade do ar, do qual se espera, em breve, resultar em informação para os cidadãos; - deteção de roubos de água a partir das bocas de incêndio, estando instalados os sensores numa freguesia do concelho, para detetar a sua utilização à margem da atuação dos bombeiros; - medição do caudal do rio Nabão para prevenção de cheias, com aproveitamento das plataformas de um projeto que estava a ser desenvolvido em parceria com o Instituto Politécnico de Tomar, através do seu Laboratório de Proteção Civil; - o controlo da intensidade da luz; e a qualidade da água do rio Nabão cujos parâmetros que pretendem medir ainda não estão todos consensualizados, o que não impede que já esteja instalados alguns sensores, Referiu que a gestão inteligente do estacionamento é o carro que querem colocar a seguir; a descarbonização é uma das prioridades de investimento no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, onde vão buscar o financiamento para a ciclovia na rua Coronel Garcês Teixeira; houve um reforço do



financiamento inicial, no valor de duzentos e trinta e seis mil euros, para aplicação de inteligência às questões da descarbonização, e optaram por este projeto, que tem as componentes da sensorização, no solo ou com recurso a câmaras – na Várzea Grande não há sensores no chão e a contagem dos carros é assegurada pelas câmaras, sem recolha de imagens - e da gestão do processo; vai aplicar-se em lugares de estacionamento pagos e gratuitos, inicialmente apenas numa área da cidade, e também no parque de estacionamento junto à estação ferroviária. Deu nota que a videovigilância é um processo complicado que nem sequer é iniciado pela Câmara Municipal; Tomar tem onze câmaras de videovigilância aprovadas para funcionamento exclusivo na Festa dos Tabuleiros, pela grande concentração de pessoas que origina, que só são ativadas durante o evento, mediante um procedimento mais simples que têm que desencadear quando se aproxima a data; no passado, já foi desenvolvido um processo que esbarrou na Comissão Nacional de Proteção de Dados; recentemente, houve um contato da PSP distrital para retomar o processo caso as Câmaras o pretendessem, mas Tomar respondeu que, sendo ano de eleições, a decisão deve ser tomada pelo próximo executivo. Em relação à questão da sensorização dos contentores, esclareceu que há metas a cumprir no âmbito da gestão dos resíduos, que está delegada na Tejo Ambiente, e que os municípios de Tomar e Ourém estão obrigados ao seu cumprimento mais cedo; a primeira meta a que se propõem é sensorizar todos os contentores de resíduos normais para otimizar os circuitos de recolha; a segunda é a sensorização dos contentores individuais e coletivos para deposição dos biorresíduos como forma de incentivo à reciclagem – que não vai ser fácil num país onde se atingem temperaturas de quarenta graus, especialmente para quem vive na cidade, em particular em prédios de dimensões diminutas – para que os utilizadores possam ter benefícios em função dos resíduos que entregam para reciclagem, e também para maior eficácia na gestão dos circuitos de recolha. -----

O Sr. Fernando Vieira referiu que o que foi tornado público pela radio Hertz estava um bocado afastado do que a Sra. Presidente disse. Perguntou se se prevê a colocação de contentores individuais nos prédios da cidade. -----

Em resposta, a Sra. Presidente disse que a decisão não está tomada e, se calhar, terá que ser objeto de discussão, mas suportada em dados; a existência de contentores individuais obriga a uma recolha diária em casa das pessoas e, conseqüentemente, à aquisição de eneviaturas e à afetação de recursos humanos; por outro lado, haverá casas pequenas onde as pessoas já terão um balde para os indiferenciados e três ecopontos e não será fácil terem que adicionar um quarto recipiente; estão conscientes de que é mais difícil na parte urbana e



gostariam de poder desenvolver um projeto piloto numa área populosa da cidade, mas ainda está em avaliação. -----

O Sr. Fernando Vieira reconheceu que os prédios não estão preparados para isso e que se colocam uma série de questões. Referindo-se ao programa Tomar Check In, disse que é uma boa iniciativa, no sentido em que pode canalizar mais gastos na cidade embora, como outras iniciativas que se foram tendo, quando se deita assim dinheiro para cima dos problemas, na prática, é o consumidor que é beneficiado, porque o empreendedor recebe a mesma coisa; estas coisas podem ter um efeito perverso e não é assim tão claro e linear que o dinheiro fica todo em Tomar, mas o que pretende esclarecer é uma eventual contradição entre o impedimento, por força do regulamento, de as agências de viagens poderem marcar as reservas nos hotéis (têm que ser feitas ao balcão) e a promoção que estão a fazer a um programa para partida e chegada a Tomar, a que não conseguiu aceder. Salientou que a agenda cultural do que acontece em Tomar num determinado período tem relevância para as pessoas a quem se pede que venham a Tomar; viu muitas pessoas entusiasmadas com o concerto dos Clã que constava da agenda do município para o corrente mês, mas afinal era um concerto privado que não estava acessível ao público. -----

A Sra. Presidente referiu que as reservas através das agências de viagens não têm enquadramento no Tomar Check In, mas as agências de viagens de Tomar foram desafiadas a aderir, através da promoção de programas para as pessoas abrangidas pela campanha, mas desconhece se alguma aderiu. Informou que o concerto dos Clã se destinou a público selecionado numa campanha promovida pelo Continente, tendo a Câmara cedido as instalações. -----

O Sr. Fernando Vieira perguntou o que é que está definido em termos de outdoors na cidade porque pretende colocar alguns no âmbito de uma candidatura às próximas eleições autárquicas e não quer ser muito prevaricador. -----

Em resposta, **a Sra. Presidente** informou que foi deliberado proibir os outdoors no centro histórico, mas, por lei, esta proibição não abrange os outdoors dos partidos políticos; as candidaturas não precisam de pedir autorização e podem escolher os locais onde irão colocar as estruturas, sendo certo que tem que haver bom senso. -----

Terminado o período de atendimento do público, deu-se início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções e aprovado o seguinte voto de reconhecimento: -----



VOTO DE RECONHECIMENTO ÀS EMPRESAS DE TOMAR DISTINGUIDAS COM O ESTATUTO PME EXCELÊNCIA 2020 -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara Municipal de Tomar deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de reconhecimento às seguintes empresas distinguidas pelo IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP, com o estatuto PME Excelência 2020: -----

António da Costa Lopes – Instalações Elétricas, Lda-----

Gracinda dos Santos Silveira Leal Mourisca -----

J.J.M. Esperança, Lda -----

Metometal - Metalização Tomarense, Lda -----

Ninho do Falcão- Atividades Hoteleiras, Lda -----

Perdicampo - Produção e Comercialização de Aves de Caça, Lda-----

Mais deliberou dar conhecimento deste reconhecimento às empresas distinguidas, à Assembleia Municipal de Tomar, às Juntas de Freguesia do concelho e à comunicação social. --

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão partilhou os dados de utilização das trotinetes, no período de mês de abril em que ficaram à disposição do público, fornecidos para acompanhamento do protocolo: estiveram disponíveis sessenta e cinco veículos, asseguraram setecentas e cinquenta e sete viagens e foram percorridos setecentos e vinte quilómetros, dados que, segundo a empresa, terão sido os melhores primeiros dias dos vários projetos que têm em várias cidades do país, todas de maior dimensão que Tomar. Referiu que é natural que o sistema pegar e largar cause alguma confusão, ou suscite opiniões contrárias, mas é normal, nas cidades do mundo onde existe, não haver locais definidos para iniciar e terminar a viagem; as trotinetes estão georreferenciadas e as mais dispersas são recolocadas quase diariamente.-

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que recebeu a indicação de se ter verificado a queda de um galho de pinheira na rua Dr. Gil Martins, que riscou uma viatura, e perguntou se está prevista para breve alguma intervenção no local. Reportou que um munícipe que se encontra a assistir à reunião através da Radio Hertz lhe referiu que a autoescada dos Bombeiros não é adequada para o corte de ramos de árvore, porque a serradura prejudica as correntes e as engrenagens, e que a Câmara tem uma grua que pode utilizar para esse efeito. -----

Em resposta, **a Sra. Presidente** disse que não tem reporte da ocorrência na rua Dr. Gil Martins e agradece que o cidadão envie um e-mail para a Presidência. Garantiu que também sabe que a autoescada não serve para cortar árvores, mas já foi utilizada para isso, e, da sua deslocação ao local, não acredita que o serviço possa ser realizado pelas gruas que a Câmara tem; se estiver certa, será utilizada a autoescada. -----

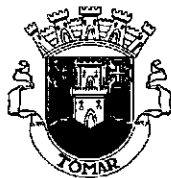


A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que a Tejo Ambiente tem dado muito que falar e, infelizmente, vai continuar a dar nos próximos anos; a proposta que a Câmara submeteu à Assembleia Municipal não foi aprovada e há alguns fatores que gostaria que a Sra. Presidente, esclarecesse. Sublinhou que, nos termos do artigo quadragésimo da Lei número cinquenta barra dois mil e doze, as empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados, e, no caso do resultado líquido de impostos se apresentar negativo, os sócios estão obrigados a realizar uma transferência financeira, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados desse exercício, o que significa que o Município de Tomar vai ter um rombo de mais de oitocentos mil euros; decorre da mesma lei que os empréstimos contraídos pelas empresas locais e o respetivo endividamento líquido relevam para os limites do endividamento das entidades públicas participantes em caso de incumprimento das regras que estão previstas no mesmo diploma legal; na sua opinião, o Município de Tomar tem um problema grave, com duas frentes: no primeiro ano de vida da empresa, vai pagar oitocentos mil euros, que não estavam sequer previstos, e gostava de saber de que rubricas orçamentais vão sair, e os limites do seu endividamento vão ser altamente penalizados; provavelmente, a Sra. Presidente, que preside ao Conselho de Administração, não foi apanhada de surpresa, porque acompanhou a evolução das contas ao longo do exercício de dois mil e vinte, que apresentou dois milhões de prejuízo, mas o mesmo não acontece com os vereadores do PSD. Salientou que, em quinze de fevereiro, votou contra os empréstimos bancários aprovados para a Tejo Ambiente, tendo referido na declaração de voto que apresentou "Discute-se neste ponto cinco empréstimos que a Tejo Ambiente vai concretizar com diversas entidades bancárias para a sua atividade no valor total de 6.235.000 €. Neste processo não existe qualquer informação da divisão financeira do município de Tomar para nos informar de qual o impacto que estes empréstimos têm nas contas do município caso exista algum incumprimento ou mesmo alguma inadimplência. .../... e porque não existe qualquer parecer da direção financeira do município sobre o impacto destes empréstimos em caso de existir alguma inadimplência, sou obrigada a votar contra."; nessa altura, isto parecia ridículo, mas, hoje, estão aqui a tentar resolver um problema que começou agora, e que, não sendo o que deseja, é provável que se vá prolongar durante muito tempo. Mostrou preocupação face à probabilidade de terem sido considerados custos fixos tendo em atenção uma dimensão que não se veio a concretizar e não terem sido, em devido tempo, adaptados à redução significativa que a empresa teve; foram adquiridos equipamentos, carros novos e realizadas despesas a pensar numa dimensão que não se veio a concretizar; gostariam de saber o que é que foi ou vai ser alterado no



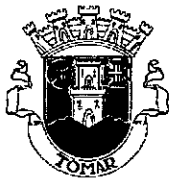
exercício corrente para que não se venha a verificar o mesmo resultado no final do ano e quando se prevê disponibilizar o relatório trimestral da atividade da empresa. Referiu que muito haveria para dizer sobre os números, mas, para não ocupar muito tempo, limita-se a dizer que Tomar detém trinta e cinco por cento do capital social, para o bom e para o mau; podem verificar que, no ano findo, o resultado do abastecimento de água foi positivo, mas, nos resíduos, há um grande desvio nos serviços externos, cujos custos foram previstos em quinhentos e quarenta e oito mil euros e ascenderam a três milhões, quinhentos e quarenta mil euros; é uma barbaridade e gostaria que pudesse ser explicada esta grande diferença, porque, não tendo mais documentação, parece-lhe que terá a ver com a contratação de empresas externas, pelos vistos mal feita.-----

Em resposta, a **Sra. Presidente** referiu que as questões são pertinentes, mas veio à reunião um ponto sobre a Tejo Ambiente e, na altura, nada foi questionado, para além de que, na Assembleia Municipal, foi dito que não têm documentação, quando receberam a mesma documentação que a Sra. Vereadora, até mais, porque foi também enviada a ficha do cabimento e a informação da Divisão Financeira sobre o impacto. Sublinhou que só no fecho das contas souberam o montante do impacto, mas já sabiam que ia haver impacto, assim como os Srs. Vereadores sabiam e os Srs. Deputados Municipais também, porque têm sido apresentados os relatórios de contas; sabe que dá muito trabalho a quem vem cinco ou seis vezes por ano analisar as coisas, mas os documentos têm sido apresentados e não sonegaram nenhuma informação. Sobre o pagamento dos oitocentos e doze mil euros, recordou que esta transferência financeira é obrigatória e tem que ser realizada, independentemente de a Assembleia Municipal ter votado contra; tem competência delegada para aprovar alterações orçamentais, cujos despachos são partilhados em cada reunião, e vai haver reforço da rúbrica essencialmente com verbas que estavam destinadas a obras que há a noção que vão derrapar no tempo, como é o caso da empreitada da rua Coronel Garcês Teixeira, cujo contrato ainda não foi visado pelo Tribunal de Contas. Referiu que a Tejo Ambiente entra nas contas consolidadas do município e é óbvio que vai ter algum impacto nas contas, mas só será possível quantificá-lo depois das contas estarem fechadas, sendo certo que, no início desse ano económico, a capacidade de endividamento do município era de cerca de catorze milhões de euros. Disse que, desde que iniciaram funções, só foi contraído um empréstimo para os SMAS, cujas contas também entram na consolidação de contas; estão a diligenciar junto do Fiscal Único para, na sessão de junho do órgão deliberativo, poder haver a deliberação de extinção dos serviços municipalizados e a integração de ativos e passivos, o que também terá



impacto nas contas municipais. Reforçou que, na criação da empresa intermunicipal, foram tidos em conta pressupostos errados, e, por isso, o estudo de viabilidade económica e financeira está errado e tem que ser corrigido, para além de que, como é público, foram antecipados investimentos previstos para cinco anos e há uma pressão muito grande sobre a tesouraria da empresa: por outro lado, devia ter sido previsto na estrutura de custos da empresa o peso das entidades em alta, nas áreas do abastecimento de água, do saneamento e dos resíduos sólidos, que é significativo; a primeira grande linha de atuação é a alteração do estudo de viabilidade económica e financeira e já há autorização da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos para poder acontecer; a segunda grande linha de atuação, mais rápida, é atuar sobre as perdas e melhorar a eficiência hídrica, e grande parte dos investimentos feitos vão nesse sentido. Disse que, sobre a diferença no setor dos resíduos, não se pode atribuir responsabilidade ao estudo de viabilidade económica e financeira porque teve por base informações que os municípios transmitiram à entidade que o realizou; nos primeiros cinco meses de atividade da empresa, os trabalhadores municipais estiveram a trabalhar na empresa e asseguraram a recolha, mas não eram obrigados a aceitar a transição e não se veio a verificar o que estava previsto, o que obrigou a ir ao mercado porque o serviço não podia ser interrompido; entretanto, já decorreu um concurso público internacional para a aquisição destes serviços, que estão adjudicados, o que vem baixar muito os custos no setor. Saliu que há outras ações que têm que desenvolver, e estão a fazê-lo, mas são mais demoradas; em relação ao peso das entidades em alta, junto do regulador, em conjunto com entidades congéneres -nas faturas emitidas pela empresa é possível verificar quanto é que se paga à entidade em alta e quanto se cobra por metro cúbico ao consumidor e há uma décalage muito grande; em termos de IVA das empreitadas, não se compreende que uma Câmara pague IVA a seis por cento numa empreitada e uma empresa constituída unicamente por municípios, para o exercício de competências destes, por delegação, pague o imposto a vinte e três por cento, como resulta do parecer vinculativo solicitado à Autoridade Tributária; em empreitadas de milhões é bastante significativo; há entidades que estão a arriscar e a aplicar os seis por cento, mas a Tejo Ambiente não o está a fazer, está a tentar resolver o problema e espera conseguir ir buscar esse dinheiro.

A Sra. Vereadora Célia Bonet perguntou se cometeu algum erro em relação aos números que possa ter motivado a observação de que dá muito trabalho analisar as contas para quem só cá vem cinco ou seis vezes por ano; não pode deixar de considerar esta observação uma falta de respeito pela oposição; pensa que não se enganou em nenhum número e, se a Sra.



Presidente o desejar, pode fazer um relato mais aprofundado das contas da empresa intermunicipal, podem é ficar aqui mais umas horas. -----

A Sra. Presidente garantiu que não pretendeu visar a Sra. Vereadora. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet retorquiu que deduziu que seria para si porque foi a si que a resposta foi dada, quando estava a falar de coisas sérias; não lhe pareceu uma resposta adequada ao problema que estão a tentar resolver, mas está esclarecida. Referiu que, na generalidade, as respostas dadas eram conhecidas, mas o que pergunta é qual é a responsabilidade dos municípios que forneceram informações incorretas porque estão em causa erros com grande impacto que levaram a que o estudo de viabilidade económica e financeira tivesse esta brutal dimensão de erro, se vão ser chamados à responsabilidade e se isso vai provocar uma alteração nas contas dos anos seguintes, uma vez que os clientes são muito menos do que estava previsto. -----

Em resposta, **a Sra. Presidente** referiu que percebe a questão, mas o Município de Tomar não pode chamar outro município à responsabilidade; a integração dos seis municípios foi objeto de deliberação dos respetivos órgãos deliberativos e parte do princípio que todos estiveram de boa fé, e tem que haver solidariedade; mas quer deixar bem claro que essa solidariedade não pode partir apenas do município que detém o maior capital e que, neste momento, está a puxar pela empresa, e tem que haver reciprocidade; não deve comentar publicamente as relações; por vezes de tensão, entre os vários municípios, mas há situações que não pode admitir e que terão que ser colocadas publicamente se não forem revertidas. Disse que noventa por cento dos clientes de Tomar pagam a água que consomem e, noutros municípios, há instituições públicas que nunca tiveram sequer contador e querem continuar assim, o que não pode acontecer. Desconhece como vai decorrer o ano, mas não a choca que, no final do ano, apuradas as contas, Tomar tenha que colocar na Tejo Ambiente um valor da ordem dos cem mil euros, por exemplo, mas, se tiver que colocar um valor elevado, porque alguns dos parceiros não fizeram a contenção que Tomar e outros parceiros estão a fazer, há possibilidade de uma tomada de posição de alguns parceiros e a continuidade da empresa sem alguns parceiros, como já esteve para acontecer. Ressalvou que o ano de dois mil e vinte foi o primeiro ano de atividade da empresa, foi um ano difícil, mas, apesar do impacto do resultado negativo, está a haver investimento e sem a Tejo Ambiente ele não era possível. Em relação ao número de clientes, salientou que foram contabilizados a partir do início das empreitadas, quando na verdade ainda decorre algum tempo depois do final das obras para os utilizadores concretizarem a ligação dos ramais domiciliários à rede; só após a revisão do estudo de



viabilidade económica e financeira poderão chegar ao número de clientes, que até pode ficar igual ao projetado, tendo em conta o conjunto de investimentos que estão a decorrer nos seis concelhos. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que a Sra. Presidente preside ao Conselho de Administração da Tejo Ambiente e não pode permitir que a situação das contas se mantenha ou agrave. Realçou que os seis milhões, duzentos e trinta e cinco mil euros de empréstimos da empresa vão ter peso no endividamento municipal, proporcionalmente à quota de trinta e cinco vírgula sessenta e três por cento que detém, e são valores muito elevados para um orçamento como o do Município de Tomar. Ficam a aguardar o relatório trimestral e melhores notícias que possa trazer. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos perguntou porque é que o skate parque da Nabância se mantém fechado e se não oferece condições para estar aberto porque há quem salte a rede e o continue a utilizar. Sugeriu que se interceda junto da EPAL e do empreiteiro das obras do subsistema Choromela/Mendacha, para que acelerem o procedimento de pavimentação e reposição dos pavimentos na estrada do Prado, que se encontra em mau estado. Perguntou para quando está prevista a abertura da Piscina Municipal Vasco Jacob e se estão garantidas as condições de utilização, e também qual é ponto da situação da intervenção prevista no orçamento deste ano (quinze mil euros para projeto e quatrocentos mil para investimento) e se já há previsão para o início das obras. Referindo-se ao Eco Trilho da Vala, enalteceu a iniciativa dos alunos e professores do Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria, e alertou para a falta de segurança no troço do lado nascente da vala, onde, em alguns locais, é eminente o perigo de queda por falta de proteção. Apresentou a seguinte **DECLARAÇÃO:** -----

INCUBADORAS DE EMPRESAS E ESPAÇOS DE COWORKING-----

No dia trinta de abril, as autarquias de Abrantes, Mação, Ourém, Vila e Rei e Vila Nova da Barquinha assinaram em Vouzela um acordo de cooperação para a criação de uma rede de espaços coworking. -----

O protocolo foi assinado entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e as cinco Câmaras Municipais, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e o Instituto do Emprego e Formação Profissional. -----

Em entrevista ao suplemento económico Dinheiro Vivo, de oito de maio, o Presidente da NERSANT, Dr. Domingos Chambel, anunciou que estão a decorrer negociações entre a Associação Empresarial e os municípios de Benavente e Ferreira do Zêzere, para a criação de mais duas incubadoras de empresas, a juntar a outras existentes em Santarém e Ourém. -----



Quer numa quer noutra situação, o nome de Tomar não aparece, ou seja, nem a NERSANT está a negociar com a Câmara Municipal de Tomar para a criação de uma incubadora de empresas nem o nosso município assinou o protocolo para integrar a rede de espaços de coworking. -----

O que podemos concluir é que estamos a perder oportunidade para criar oportunidades de potenciar o empreendedorismo e apoiar quem tem novas ideias de negócio. -----

Desde o início do mandato, e de forma insistente, a bancada do PSD tem defendido a criação de uma incubadora de empresas como forma de apoio ao empreendedorismo. Já dissemos noutras ocasiões que Tomar é dos poucos municípios do distrito que não tem qualquer estrutura de apoio à criação de empresas. -----

As incubadoras de empresas têm sido apontadas como atores importantes para o desenvolvimento de empresas e até de regiões, tornando-as competitivas. São criadas para facilitar o empreendedorismo promovendo condições mais favoráveis às empresas nascentes, as chamadas startup, até que possam crescer. -----

O Município de Tomar deve proporcionar a todos os que queiram ser empreendedores as condições para pensar, criar, desenvolver, expandir ideias e negócios. O objetivo das incubadoras é abrigar empresas por um período de tempo para que possam alcançar a maturidade necessária para a inserção no mercado. -----

Neste sentido, foram aqui aprovadas, por unanimidade, propostas para a criação de uma incubadora, apresentadas pelo PSD nas reuniões de vinte cinco de junho de dois mil e dezoito e onze de junho de dois mil e dezanove. Três anos depois, continuamos a batalhar para que Tomar aposte numa incubadora de empresas e crie espaços de coworking. A posição do PSD vai no sentido da defesa do empreendedorismo e da criação de oportunidades para quem tem ideias de novos negócios. Ao Município compete criar condições para que tal aconteça. -----

Em resposta, o **Sr. Vereador Hugo Cristóvão** informou que já foram dadas instruções para que o skate parque passe a estar aberto durante algumas horas do dia e julga que isso já está a acontecer; sobre a sua utilização mesmo estando encerrado, por muito impopular que possa ser, referiu que a cidadania começa desde cedo e em muitos aspetos, e não consegue achar normal que tantas famílias achem normal que crianças com dez ou onze anos, mesmo mais velhas, saltem vedações e utilizem espaços vedados, como acontece ali e noutros locais, praticamente todos os dias, e muitas vezes são dezenas no interior do espaço. Informou que a abertura da Piscina Municipal Vasco Jacob está prevista para o dia quinze de junho, nos mesmos termos, horários e preços do ano passado; em dois mil e vinte, foram realizadas



algumas melhorias no edifício e na envolvente de ligação ao rio e, no orçamento deste ano, está previsto realizar uma obra de fundo, mas será bom se conseguirem chegar ao final do ano com o projeto concluído; é complexo, envolve muitas especialidades e teve um arranque mais tardio, desde logo porque teve que se fazer um levantamento topográfico do edifício e da sua envolvente, incluindo o antigo parque de campismo, e como a Câmara só tem um topógrafo, demorou bastante tempo, e ainda terá que ser submetido a uma equipa externa e recolher vários pareceres.

Sobre a matéria objeto da declaração referiu que, apesar de não gostar de comparar territórios, porque cada município faz a sua gestão e define as suas prioridades, a verdade é que, ao longo das duas últimas décadas, se assistiu à abertura e ao fecho de muitos ninhos de empresas e de muitas incubadoras de empresas, que são coisas diferentes em termos de conceito, porque uma coisa é os municípios decidirem e outra a probabilidade de poderem efetivar-se. Salientou que, em Tomar, há oferta de coworking, de iniciativa privada, na rua Serpa Pinto, e tem espaços disponíveis.-----

A Sra. Presidente referiu que a repavimentação da estrada do Prado não está prevista para o corrente ano porque, na área do concelho, há um conjunto de intervenções consideradas mais prioritárias pelos serviços municipais. Sobre a matéria objeto da declaração deu nota que, no âmbito da estratégica delineada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, todos os treze concelhos irão ter espaços de coworking; Tomar poderia ter assinado o protocolo, mas não seria correto tendo em conta que ainda não está construído o espaço que destinaram para o efeito no campus do Instituto Politécnico de Tomar, espaço que querem que seja diferenciador e abranja as áreas das novas tecnologias e que será gerido pela Câmara em parceria com o IPT, de acordo com um regulamento que será elaborado para o efeito; solicitaram algumas alterações ao projeto de execução que foi aprovado pelo Executivo Municipal, nomeadamente porque definia o marmorite para os pavimentos, e a experiência na obra do Centro Escolar da Linhaceira desaconselha essa utilização, para além de que é um custo desnecessário, o que obriga a que seja aqui reapreciado. Referiu que já há um espaço em conjunto com a NERSANT, em resultado de um protocolo de apoio aos empresários. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos disse que aceita a explicação de que, no futuro, Tomar vai ter uma incubadora de empresas no Instituto Politécnico de Tomar, mas é pena que, em dois mil e dezoito, tenham aprovado uma proposta e não tenham podido fazer algo que seria bom para o desenvolvimento do concelho. Disse que é bom fazer comparações com outros territórios quando eles fazem bem e que é pena não se ter feito a incubadora porque, se é verdade que



nem todas são casos de sucesso, Santarém, Ourém e Barquinha são todos casos de sucesso, e Tomar também o teria sido com certeza. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet referiu que acabou obter a indicação de que o skate parque ainda se mantém encerrado. -----

O Sr. Vereador José Delgado perguntou qual é o ponto da situação da praia fluvial de Alqueidão e para quando se prevê o início e a conclusão das obras dado ser um equipamento esperado e de importância extrema para aquela região, nomeadamente para a freguesia de Olalhas e confinantes. Referiu que, ao longo do mandato, falou várias vezes na necessidade de classificar algum património no centro histórico, com vista à sua preservação, ao nível cultural e de edificado, nomeadamente em relação aos privados; há muitas décadas, foi realizado um trabalho de levantamento dos edifícios do centro histórico quanto às suas características construtivas, volumetria e uso; com o passar dos anos, as condições foram sendo alteradas, especialmente no que se refere ao uso e à necessidade de adaptação às novas tecnologias e à evolução dos tempos; é uma temática que urge atacar, de forma objetiva e clara, promovendo o levantamento exaustivo do património existente no centro histórico e nos locais de interesse, distinguindo o que é essencial e o que é acessório, tendo em atenção os instrumentos de gestão do território, nomeadamente o plano de salvaguarda; é fundamental assegurar o levantamento de fachadas com evidência para as suas características, as cantarias, as janelas, as portas e os ornamentos, com objetivo de preservar tradições e o património edificado, manter a traça e o valor patrimonial no centro histórico como um todo; nos interiores, é preciso levantar ornamentos e decorações, revestimentos e pavimentos, paredes, tetos e vãos que sejam de classificar como património municipal e considerar estas classificações nas fases de licenciamento para que as marcas de Tomar não se percam; é preciso preservar e não perder tudo com o ritmo que o setor da construção atravessa; é preciso reabilitar, mas não esquecer a preservação do património e não perder tempo porque o ritmo é grande, e não foi tanto porque a pandemia colocou um travão nalguns investimentos; é um trabalho moroso e requer competência dos técnicos; essa competência existe e ainda se vai a tempo de classificar algum património que urge ser classificado, antes que seja descaracterizado, sob pena de, qualquer dia, além das cantarias, poucas mais referências haver. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão deu nota de que o skate parque está a abrir desde o dia cinco de maio, ainda não em horário normal, mas vai averiguar se pode ter havido alguma falha num dia qualquer. Deu conhecimento que está a ser desenvolvido o procedimento de classificação da Anta do Vale da Lage, do Centro Cultural da Levada, do percurso total e mães



q.
[Handwritten signature]

de água do Aqueduto dos Pegões (património nacional, mas não na sua totalidade), e da Ponte de Peniche. Disse que, em teoria, concorda com a proposta do Sr. Vereador José Delgado, mas, em termos práticos, implicaria a afetação de uma vasta equipa vasta durante anos.-----

A Sra. Presidente informou que o procedimento de contratação da empreitada de requalificação da praia fluvial do Alqueidão se encontra na fase de elaboração do relatório final de análise das propostas. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que a questão do skate parque não pretendeu ser uma crítica, mas sim uma forma de se procurar uma solução para que não aconteçam utilizações indevidas, que também condena.-----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia sete de maio de dois mil e vinte um, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, oitocentos e vinte oito mil, quinhentos e vinte oito euros, um cêntimo (3.828.528,01€) em Operações Orçamentais, e duzentos e catorze mil, vinte euros, sessenta e seis cêntimos (214.020,66€) em Operações Não Orçamentais. -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----

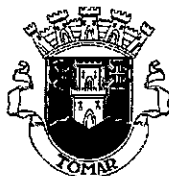
N.º 01 – PROTOCOLO COM A E-PLUG, LIMITADA, PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE CARREGADORES ELÉTRICOS EM ESPAÇO PÚBLICO-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que aprovou a celebração de protocolo com a E-plug, limitada, visando a regulação do direito de uso de oito lugares do parque de estacionamento sito em Várzea Grande, de acesso ao público, para efeitos de instalação e exploração de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1223/PR/2021, de 26 de abril, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 02 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, IP, PARA CONCRETIZAÇÃO DE AÇÕES DE REABILITAÇÃO DA REDE HIDROGRÁFICA-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o



despacho que aprovou a celebração de protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente, IP, e diversos municípios, visando regular os termos e condições de natureza operacional a promover entre as partes para as intervenções na RH1 nos rios Coura, Lima e Neiva; na RH2 nos rios Ave, Vizela, Leça, Torto e ribeira de Panóias; na RH3 nos rios Ferreira e Uíma, RH4 nos rios Vouga, Ribeira de Amandos, Rio Mondego e Ria de Aveiro; na RH5 nos rios Alcoa, Baça, Alviela, Sobral, Lizandro, Nabão e Almonda, ribeira de rio Moinhos Sassoeiros e das Parreiras e estuário do Tejo; na RH6 na ribeira do Livramento, no rio Sado e nas albufeiras do Alvito, Monte da Rocha, Roxo e Santa Clara; na RH7 nas albufeiras de Enxoé e Monte Clérigo; na RH8 na ribeira do Carcavai, para concretização das ações de reabilitação da rede hidrográfica elencadas.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1251/PR/2021, de 29 de abril, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 03 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE CARREGUEIROS PARA O ANO DE 2021-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do contrato interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia de Carregueiros, para realização no corrente ano de atividades de pavimentação da rua do Vale do Carvalho, nos termos e fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do contrato interadministrativo nos seus exatos termos. -----

Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e um voto contra da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet, com a seguinte declaração de voto: "Documentos sem o cumprimento de procedimentos legais prévios a que a lei obriga, sem informação técnica que os fundamente, num completo desrespeito pelo rigor e relevância legal destes modelos de gestão partilhada. Volto a realçar que tenho toda a confiança nas equipas das Juntas de Freguesia e concordo com a delegação de competências em muitos casos. -----

Mas, considerando os seguintes quatro fatores: -----

1º- que estamos a transferir atribuições e competências que são na sua génese da responsabilidade do município como a reparação de vias municipais ou obras similares em bens municipais; -----

2º- que algumas Juntas de Freguesia não têm capacidade técnica para realizar por



administração direta essas obras e, conseqüentemente tem de recorrer à contratação pública para aquisição de matérias primas para as obras;-----

3º- que a realização de obras públicas, como a reparação de vias por contratação a privados, acima de trinta mil euros, obriga a celebração de concursos públicos para os quais as Juntas de Freguesia têm menos meios humanos e técnicos para cumprir tais obrigações legais do que o município;-----

4º- que a negociação com as Juntas de Freguesia deve ter por base os princípios da igualdade, da não discriminação, prossecução do interesse público, que está intrinsecamente ligado ao aumento da eficiência e eficácia de gestão de recursos, das sinergias conseguidas e redução de custos; -----

Não existe nenhum documento que fundamente uma justificação financeira e técnica que demonstre que, a reparação dessas vias é menos dispendiosa quando realizada pelas diversas Juntas de Freguesia. A maioria das Juntas vai ter de adquirir materiais, individualmente, e muitas delas promover a realização dessas mesmas obras por contratação de terceiros, também individualmente. Como podemos concluir que existe uma diminuição da despesa pública, que se aumenta a eficiência e eficácia dos recursos na realização destas obras publicas? Parece difícil que fazendo obras separadamente, comprando matérias primas individualmente a probabilidade é que as obras sejam mais dispendiosas. Se assim não é necessitamos de evidências. -----

Por outro lado, é importante saber se as Juntas de Freguesia dispõem do controle técnico de um engenheiro pois a Câmara tem disponíveis esses recursos. Ou então, depois acontece como recentemente na Junta de S. João e Santa Maria que pavimentou a Rua A de S. Lourenço sem valetas e depois de fortes chuvadas ficámos de novo sem estrada. Obviamente o Presidente da referida Junta não é engenheiro e não saberia que é preciso fazer valetas. Não podemos delegar trabalhos às Juntas de Freguesia se elas não tiverem recursos para os fazer e os controlar com Técnicos adequados. -----

Gostaria de ter acesso aos estudos comparativos, que são obrigatórios e necessários à fundamentação destes contratos para que sejam legais e eficazes. -----

Pretendo ter acesso às regras de acompanhamento destes contratos que são sempre obrigatórias quando estamos a falar de interesse publico. -----

Não existem esses documentos ou se existem demonstram o oposto e por isso são omitidos.--
Como pode um município delegar, ou seja, livrar-se das suas responsabilidades na gestão do que é património municipal como a reparação de vias, quando tem na sua estrutura orgânica



9.
[Handwritten signature]

uma Divisão com vários técnicos e engenheiros de obras publicas, aptos a determinar as necessidades globais de aquisição de matéria prima, que têm know how para abertura de concursos públicos e respetivas adjudicações a preços concorrenciais. Uma Junta de freguesia, individualmente, e ao que tudo indica, perde todas essas sinergias. A não ser que me provem o contrário será essa a minha análise. -----

Sou muito favorável aos verdadeiros e legais contratos interadministrativos que defendam o interesse público. Muito favoráveis às delegações de competências às Juntas de Freguesias com fundamentação. Não somos favoráveis a esta forma de contratualização. -----

Por todo o exposto, e com a fundamentação que aqui se apresenta, sem contradição em contradição, porque o documento apresentado não contém matéria para argumentar em contrário, só poderei continuar a votar contra estes contratos interadministrativos." -----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----

N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados, em abril e maio, pela Sra. Presidente, ao abrigo das alíneas d), f) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR TOMARINVESTE: -----

N.º 05 – SINALÉTICA PARA O PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR -----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 65/2021 do Gabinete de Apoio ao Investidor Tomarinveste e a proposta de sinalética para o Parque Empresarial de Tomar apresentada pela Apametal -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

GABINETE DE PROJETO E ACOMPANHAMENTO TOMARHABITA:-----

N.º 06 – PROJETO DO PARQUE INFANTIL E ARRANJOS EXTERIORES DO CASAL DOS FRADES – estudo prévio-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a versão 2 do estudo prévio do projeto do Parque Infantil e Arranjos Exteriores do Casal dos Frades, elaborado pelo Gabinete - Atelier da Cidade, por solicitação da União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos da informação n.º 54/2021 do Gabinete de Projeto e Acompanhamento Tomarhabita. -----



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a versão 2 do estudo prévio nos termos propostos na informação n.º 54/EPTH/2021, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 07 – PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – apoio ao Sporting Clube de Tomar-----

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente: -----

“Considerando que:-----

1. O parque de estacionamento do Pavilhão Municipal de Tomar, possui capacidade para o estacionamento das duas viaturas; -----
2. Foi já permitido, através de deliberação de câmara, o estacionamento de viaturas de outras associações;-----

Atendendo a que o estacionamento no PE2 é pago, a autorização assume a forma de apoio. --- Assim, nos termos da alínea o) do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, propõe-se a autorização de estacionamento de duas viaturas do Sporting Clube de Tomar, cujo o montante anual, é de 960€.”. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 08 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Grupo Desportivo da Nabância -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização de duas pistas da piscina do Complexo Desportivo Municipal de Tomar, no dia 15 de maio, para realização das provas de aptidão para o Curso de Guias de Canoagem Recreativa da Federação Portuguesa Canoagem, conforme solicitado pelo Grupo Desportivo da Nabância, nos termos e fundamentos da informação n.º 198/2021 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



N.º 09 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Grupo Desportivo da Nabância -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização de dois balneários do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, nos dias 15, 16, 29 e 30 de maio, no âmbito do Curso de Guias de Canoagem Recreativa da Federação Portuguesa Canoagem, conforme solicitado pelo Grupo Desportivo da Nabância, nos termos e fundamentos da informação n.º 229/2021 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. ---- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 10 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Associação de Natação do Distrito de Santarém -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização das piscinas do Complexo Desportivo Municipal de Tomar, no dia 13 de junho, para realização do primeiro Torneio de Circuito de Cadetes da Associação de Natação do Distrito de Santarém, nos termos e fundamentos da informação n.º 286/2021 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. ---- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 11 – CANCELAMENTO DA FEIRA DE SANTA IRIA 2021 -----

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques referente à informação n.º 59/GELS/2021: "A feira de Santa Iria realiza-se tradicionalmente durante 10 dias no mês de outubro, incluindo neste período o dia 20 - dia de Santa Iria, Padroeira de Tomar. ----- Obedece a um planeamento a médio prazo que se inicia em fevereiro de cada ano da sua edição, passando à segunda fase em abril e com começo de execução em junho, para estar aberta ao público em outubro. -----

Desde a aprovação pelo Executivo Municipal dos requisitos inerentes à sua realização, até à sua instalação, há um conjunto de bens e serviços que são contratados ou adquiridos para



garantirem o pleno funcionamento da feira - energia elétrica, segurança, iluminação, som, infraestruturas de água e saneamento, stands, equipamentos sanitários e animação.-----

A assunção de compromissos com fornecedores de bens e serviços poderá ficar sem efeito na sua concretização, mas sem anulação dos encargos decorrentes da sua contratação, uma vez que poderão implicar a responsabilização pela sua liquidação. -----

Neste último ano a situação pandémica com a COVID-19 tem-nos levado a viver em permanência num estado de indefinição e insegurança quanto ao futuro. -----

Os Riscos de Transmissibilidade (RT) vão sofrendo periodicamente oscilações atingindo valores preocupantes em algumas zonas do território nacional.-----

A opinião da comunidade científica (investigadores, virologistas, epidemiologistas, infeciologistas, matemáticos, entre outros) vai no sentido do surgimento de novas vagas de contaminação do vírus SARS-CoV-2, após o período de verão. -----

Temos de ter consciência desta realidade e viver com a imprevisibilidade do surgimento de surtos de contágio através de novas estirpes. -----

O bom senso aconselha a aplicação de medidas cautelares e preventivas de modo a minorar os riscos de contágio.-----

Vivendo nós neste momento num estado de incerteza quanto ao que se poderá passar em outubro, entende-se mais prudente não nos deixarmos embalar por otimismo exacerbados e mais tarde virmos a responder em sede própria por decisões menos diligentes. -----

Considerando que na altura prevista para a realização da Feira de Santa Iria em outubro de 2021 não é possível prever se estarão reunidas as necessárias condições de salvaguarda de saúde pública que permitam em segurança a sua instalação.-----

Considerando que a opinião que se vai recolhendo dos tomarenses é que o receio de contágio os desmotiva da presença na Feira de Santa Iria, encarando-a com apreensão e desconfiança. Proponho o cancelamento da Feira de Santa Iria de 2021.”.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 12 – DOAÇÃO DE CARTEIRAS E CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS – COLEÇÃO VISITÁVEL -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 285/2021 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação de carteiras e caixas de fósforos que Aires Guimarães pretende doar ao Museu dos Fósforos –



Coleção visitável, cujo valor se desconhece. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a doação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO FINANCEIRA: -----

N.º 13 – TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE DOS TERRENOS ONDE SE ENCONTRA IMPLANTADA A UNIDADE DE TOMAR DO CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO TEJO-----

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente referente às informações n.ºs 1463/2017 e 1469/2017 da Divisão Financeira: "No âmbito da construção do Centro Hospitalar do Médio Tejo, Unidade Hospitalar de Tomar, grande parte da sua implantação foi em terrenos municipais.-----

No entanto, a situação nunca foi regularizada, no sentido da passagem da titularidade dos mesmos para o Ministério da Saúde. -----

Sendo que a competência é da Assembleia Municipal, não podemos deixar de referir que a titularidade deverá ser passada ao Ministério da Saúde, mantendo na posse do mesmo enquanto estiver implantado nos terrenos uma unidade de saúde pública, revertendo para a posse do município caso tenha outro uso.-----

Assim, propõe-se à Câmara municipal que delibere no sentido de remeter, à Assembleia Municipal, para nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a proposta de passagem da titularidade dos terrenos onde se encontra implantada a Unidade de Tomar, do Centro Hospital do Médio Tejo, desde que esteja implantado nos terrenos uma unidade de saúde pública, revertendo para a posse do município caso tenha outro uso." -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações e tabela anexa, deliberou submeter a proposta a aprovação da Assembleia Municipal para efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 14 – HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DO DIRETO DE USO PRIVATIVO E EXPLORAÇÃO DO QUIOSQUE SITUADO NA VÁRZEA -----

No seguimento da deliberação tomada a 15 de março, foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a adjudicação definitiva do procedimento de



hasta pública para concessão do direito de uso privativo e exploração do quiosque instalado na avenida General Bernardo Faria.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a ata da sessão pública do procedimento de hasta pública para concessão do direito de uso privativo e exploração do quiosque sito na Várzea Grande, deliberou aprovar a adjudicação definitiva ao proponente Nascimento Costa, Unipessoal, limitada.-----

Mais deliberou aprovar a minuta do respetivo contrato.-----

Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e uma abstenção da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet, com a seguinte declaração de voto: "Atendendo ao facto de que não estive de acordo com o processo documental relativo a esta hasta pública, opto por voto de abstenção. Aquando do lançamento da hasta pública elenquei todas as fragilidades que o mesmo continha, pelo que não me oponho a esta adjudicação definitiva, mas sim a todo o processo visto como um todo." -----

EXPEDIENTE:-----

N.º 15 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RSTJ - GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, E.I.M., S.A. REFERENTE AO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021 -----

Foi presente, para conhecimento, o relatório de execução orçamental da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., SA no primeiro trimestre do corrente ano.-----

A Câmara tomou conhecimento e remeteu para conhecimento da Assembleia Municipal. -----

Terminados os trabalhos, sendo dezoito horas, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

Avelina Maria Lopes Leal